

Corrida por terras raras impulsiona garimpo ilegal na Amazônia

Category: AMAZÔNIA,GERAL,MEIO AMBIENTE
escrito por Maria Luiza | 28 de maio de 2026



A pressão internacional por minerais críticos abriu uma nova frente de exploração ilegal na floresta amazônica, onde garimpeiros passaram a mirar terras raras e outros recursos estratégicos usados em tecnologias como veículos elétricos, drones, mísseis guiados e caças a jato, em um movimento que preocupa autoridades brasileiras e especialistas ambientais, informa o The New York Times.

A corrida por esses minerais ocorre em um momento em que Estados Unidos e outros países buscam alternativas ao domínio da China sobre matérias-primas consideradas essenciais para a economia do futuro. O Brasil, que reúne algumas das maiores reservas conhecidas desses recursos, tornou-se peça central nessa disputa, mas também enfrenta o avanço de redes ilegais capazes de explorar, transportar e exportar cargas clandestinas.

Entre os alvos da mineração ilegal estão as terras raras, grupo formado por 17 elementos químicos usados na fabricação de ímãs de alta potência, presentes em equipamentos militares, produtos eletrônicos e tecnologias associadas à transição energética. A demanda crescente por esses materiais elevou o valor do mercado global de minerais essenciais, estimado em

mais de US\$ 300 bilhões, com previsão de mais que dobrar até 2035, de acordo com a Agência Internacional de Energia.

O diretor da Polícia Federal para a Amazônia e o meio ambiente, Humberto Freire de Barros, afirmou que a procura por esses recursos vem aumentando rapidamente. “A demanda é muito forte –e só aumenta”, disse. Ele não detalhou quais minerais de terras raras estão sendo explorados ilegalmente nem quais grupos estão sob investigação, alegando que há apurações em andamento.

Barros afirmou que, após a extração, os minerais podem ser vendidos dentro do Brasil ou enviados de forma clandestina em navios para a Ásia e a Europa, onde passam por processamento. Segundo ele, a atividade não se limita a pequenos garimpos. “O que estamos vendo não é mineração artesanal. São operações em escala quase industrial.”

Uma cadeia ilegal com várias etapas

A extração de terras raras exige processos complexos de retirada, separação e refino. Embora esses elementos sejam relativamente abundantes na crosta terrestre, sua exploração comercial depende de grandes volumes de solo misturados a minerais e de capacidade técnica para processamento. Autoridades relatam que parte da matéria-prima retirada ilegalmente acaba seguindo para a China, país que concentra grande parte do refino global.

Operações policiais também já identificaram extração clandestina de outros minerais essenciais, como manganês, utilizado em baterias de veículos elétricos. A cadeia ilegal, segundo autoridades brasileiras, é ampla e envolve desde garimpeiros e empresas de fachada até agentes públicos, intermediários, redes criminosas e compradores internacionais.

Companhias e indivíduos podem atuar na “lavagem” dos minerais, simulando origem legal para cargas retiradas de áreas

clandestinas. Em alguns casos, servidores públicos emitem licenças sem avaliação adequada dos impactos ambientais. Em outros, grupos ligados ao narcotráfico transportam o material, enquanto agentes alfandegários são subornados para facilitar exportações ilícitas.

Contrabando usa rotas de ouro e cocaína

Na Amazônia, o transporte dos minerais críticos segue rotas já utilizadas para o contrabando de ouro e cocaína. Depois de extraídos em regiões remotas da floresta, os materiais são levados por vias terrestres, fluviais e aéreas até pontos de escoamento, incluindo portos marítimos.

Rômulo Brandão Neto, agente aduaneiro da Receita Federal, relatou que cargas suspeitas chegam aos portos acompanhadas de certificados falsos, nos quais se afirma que o material veio de minas regulares. Em uma fiscalização, ao verificar imagens de satélite do local indicado como origem da extração, ele constatou que não havia atividade mineral na área. “É uma mina fantasma”, afirmou.

Segundo Neto, contrabandistas também tentam driblar a fiscalização misturando cargas ou registrando o material como outro tipo de minério, como ferro, que pode apresentar semelhanças geológicas com alguns minerais críticos. A falta de identificação precisa das cargas aumenta a dificuldade de controle.

Robert Muggah, especialista em atividades ilegais na Amazônia e diretor de pesquisa do Instituto Igarapé, alertou para a circulação de materiais sem rastreabilidade adequada. “Esses sacos de material estão aparecendo em barcaças, e ninguém sabe ao certo do que se trata”, disse.

Reservas estratégicas e disputa

internacional

O Brasil é apontado como detentor da segunda maior reserva mundial de terras raras, atrás apenas da China, com estimativas entre 19% e 23% do total global. O país também concentra praticamente todo o nióbio do mundo, mineral usado na produção de aços mais leves e resistentes, aplicados em gasodutos, motores a jato e outras estruturas de alta performance.

A posição brasileira coloca o país no centro de uma disputa estratégica. Governos como o dos Estados Unidos buscam reduzir a dependência da China, que controla parte expressiva da extração e do processamento desses elementos e já demonstrou disposição para impor restrições ao fornecimento. Ao mesmo tempo, o Brasil tenta estruturar uma cadeia produtiva própria para transformar reservas minerais em exportações de alto valor agregado.

O avanço da mineração ilegal, porém, pode dificultar esses planos. A presença de redes criminosas na extração e no comércio de minerais críticos ameaça a credibilidade da cadeia produtiva brasileira e amplia riscos ambientais em uma região decisiva para o equilíbrio climático global.

Ameaça ambiental e social

A Amazônia exerce papel central na regulação do clima ao absorver dióxido de carbono da atmosfera. Cerca de um quinto da floresta já foi desmatado, e cientistas alertam que o bioma pode se aproximar de um ponto de inflexão, no qual grandes áreas correm o risco de sofrer transformações profundas.

A mineração ilegal agrava esse cenário ao poluir rios, contaminar solos, abrir clareiras e afetar a fauna. Organizações ambientais e de direitos humanos também associam esse tipo de atividade a violações graves, incluindo trabalho forçado e impactos diretos sobre povos indígenas que dependem

da floresta para sobreviver.

As consequências vão além da degradação ambiental. A extração clandestina de minerais estratégicos reforça economias ilícitas e fortalece redes criminosas que já atuam em diferentes frentes na Amazônia, conectando garimpo, narcotráfico, lavagem de ativos e contrabando internacional.

Governo prepara novas regras e rastreamento

O Brasil analisa projetos de lei para reorganizar as regras de exploração de minerais críticos. As propostas buscam ampliar a rastreabilidade, definir zonas autorizadas para extração e fortalecer a fiscalização do setor. O objetivo é separar a exploração legal de atividades criminosas e reduzir brechas usadas por redes ilegais.

A Polícia Federal também trabalha em novas tecnologias para detectar exportações de origem ilícita. Segundo Humberto Freire de Barros, uma das medidas em preparação é a criação de um banco de dados com amostras capazes de vincular minerais a locais específicos, estratégia semelhante à adotada no combate ao comércio ilegal de ouro.

O diretor da PF afirmou que a atuação das autoridades mira toda a estrutura criminosa. “Estamos atacando cada elo dessa cadeia de abastecimento criminosa. Nosso objetivo é desmantelá-la”, acrescentou.

Fonte: brasil247 e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
28/05/2026/08:12:41

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode

ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

*Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com*

[Lignosulfonato de sódio no Brasil: onde e por que ele é utilizado](#)